26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

LGBTQIAPN+ E A INVISIBILIDADE CURRICULAR NA BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL: ONDE ESTÃO ESSAS PESSOAS?

LGBTQIAPN+ AND CURRICULAR INVISIBILITY IN LIBRARIANSHIP IN SOUTHERN BRAZIL: WHERE ARE THESE PEOPLE?

André Avelino – Universidade Federal de Santa Catarina /(UFSC)
Rodrigo de Sales – Universidade Federal de Santa Catarina /(UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A Biblioteconomia brasileira tem origem com o primeiro curso ofertado pela Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, em 1915. Ao longo das décadas seguintes, novos cursos foram criados, influenciados por perspectivas norte-americanas e europeias, acompanhados por debates sobre a dimensão técnica e humanística da formação. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo é identificar a presença da temática LGBTQIAPN+ nas ementas de cursos de Biblioteconomia cinco instituições públicas da Região Sul do Brasil. Para tanto, realizou-se pesquisa descritiva e documental, de abordagem qualitativa, mediante análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Os resultados indicam que apenas uma instituição possui disciplina específica sobre a temática, embora as demais contemplem aspectos relacionados aos direitos humanos, à dimensão social e à ética. Conclui-se que a baixa presença dos temas de diversidade de gênero e sexualidade nas ementas evidencia uma lacuna na formação, indicando a necessidade de ampliar as discussões sobre o assunto na Biblioteconomia brasileira.
Palavras-chave: ensino de Biblioteconomia; currículo da Biblioteconomia; LGBTQIAPN+.

Abstract: Librarianship Brazil originated with the first course offered by the National Library in Rio de Janeiro in 1915. Over the following decades, new courses were establishe, influenced by North American and European perspective, accompanied by debates regarding the technical and humanistic dimensions of professional training. In this context, this study aims to identify the presence of LGBTQIAPN+ themes in the curricula of Librarianship programs at

five public institutions in Southern Brazil. To this end, a descriptive, qualitative documentary study was conducted through an analysis of the programs' pedagogical plans. The results indicate that only one institution offers a specific course on the subject, although the others do address aspects related to human rights, social dimensions, and ethics. The study concludes that the limited presence of gender and sexual diversity themes in the curricula reveals a gap in professional training, highlighting the need to expand discussions on this topic within Brazilian Librarianship.
Keywords: Librarianship education; Librarianship curriculum; LGBTQIAPN+.

1 INTRODUÇÃO

Factualmente, determinados grupos sociais foram perseguidos, estigmatizados, criminalizados, demonizados e patologizados, impactando diretamente suas vidas e suas futuras gerações; esse é o caso das pessoas cujas identidades de gênero e orientações sexuais fogem à norma social imposta pela sociedade. Diante disso, os ecos dessas violências reverberam ainda no século XXI, ocasionando a perpetuação de violências, preconceitos, discriminações e demais males direcionados a grupos sociais historicamente marginalizados, tais como a população LGBTQIAPN+, que segue sofrendo por não se enquadrar nas normas da cisheteronormatividade (Mattos; Cidade, 2016).

Desde o surgimento do ensino da Biblioteconomia brasileira, com o primeiro curso iniciado em 1915, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a influência europeia e norte-americana contribuiu para o desenvolvimento da área (Brasil, 2015). Entretanto, a dimensão técnica ficou em maior evidência, especialmente no período da ditadura civil-militar, contribuindo para um cenário de tensão e obediência silenciosa, enquanto a dimensão social permaneceu mais discreta nos currículos da Biblioteconomia (Tanus; Silva, 2019).

Destarte, no século XXI, a dimensão social ganha espaço, sobretudo a partir das transformações sociais impulsionadas pelas lutas e reivindicações de grupos sociais historicamente marginalizados, que, por meio dos movimentos sociais, protestos e diferentes formas de resistência, passaram a ocupar espaços de visibilidade e a reivindicar seus direitos na sociedade. Na Biblioteconomia, discussões e debates sobre questões étnico-raciais (Valério; Santos, 2018) e população LGBTQIAPN+ (Martins; Silva, 2022; Silva; Sales, 2025) são alguns dos exemplos que ganharam espaço nos últimos anos.

Diante do exposto, questiona-se: apesar do caráter social e humanístico da Biblioteconomia, a temática LGBTQIAPN+ ainda ocupa um espaço reduzido ou até mesmo inexistente nas ementas do curso de Biblioteconomia no contexto do Sul do país? Considerando

que no século XXI, pesquisas e estudos sobre os grupos sociais historicamente marginalizados têm adquirido crescente visibilidade, especialmente diante das condições de desigualdade e vulnerabilidade vivenciadas por esses grupos na sociedade brasileira, cabe a Biblioteconomia contribuir, em sua formação, com discussões para os futuros profissionais que estarão atuando no mercado de trabalho.

Nesse sentido, como objetivo geral, busca-se identificar a presença da temática LGBTQIAPN+ nas ementas dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil, com foco em cinco instituições públicas, especialmente ao considerar o papel social e humanístico que tradicionalmente foi instituído na formação bibliotecária brasileira.[1]

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

O primeiro curso de Biblioteconomia, no contexto brasileiro, foi criado e oficializado em 1911, pelo então Diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva, no Rio de Janeiro, com início do curso em 1915, na sede da própria biblioteca, sob forte influência das Escolas de Biblioteconomia dos Estados Unidos (Brasil, 2015).

Quanto ao segundo curso, este foi encabeçado por Rubens Borba de Moraes, a partir de sugestão do escritor Mário de Andrade, que foi o primeiro Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Com a reforma da Biblioteca Municipal de São Paulo, em 1936, o curso de Biblioteconomia foi iniciado (Brasil, 2015; Castro, 2000; Fonseca, 1992).

Por conseguinte, Cysne (1993) destaca que, além da influência norte-americana nos cursos de Biblioteconomia do Brasil, o primeiro curso do país também nasceu sob inspiração francesa, da *École des Chartes*, com foco na cultura e na informação, mas sem compromisso com a sociedade como um todo ou com o objetivo de contribuir para transformações sociais, constituindo-se como um curso “de e para” a burguesia. É nessa perspectiva que Souza (1993) tece críticas aos primeiros cursos de Biblioteconomia no cenário brasileiro, ao afirmar que a visão tradicional e elitista acabou por importar técnicas estrangeiras sem compromisso com o contexto do país.

Com o passar do tempo, em 1962, foi instituído o “Currículo Mínimo da Biblioteconomia”, em meio às reivindicações de professores e classe bibliotecária. Nesse

[1] Este trabalho traz uma discussão inicial com resultados preliminares de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de doutorado em Ciência da Informação, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PGCIN, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, ainda em desenvolvimento.

contexto, ficou definido que os bacharéis no curso teriam seus diplomas registrados no Ministério da Educação e Cultura, além da regularização da profissão das pessoas bibliotecárias (Almeida, 2012). É diante deste contexto que surgem os dois eixos temáticos do currículo, um voltado à dimensão técnica e outra, à humanística, gerando controvérsias ao longo do tempo, pois as Escolas de Biblioteconomia do país afirmavam que havia mais disciplinas culturais do que técnicas (Almeida, 2012).

Robredo (1984) argumenta que, durante a década de 1970, a reformulação do currículo era uma demanda levantada tanto por profissionais quanto por docentes, que reivindicavam revisões e acréscimos de disciplinas, especialmente por, segundo o autor, existir também, uma preocupação mundial sobre o mercado de trabalho. Assim, a dimensão técnica mais uma vez era reforçado como algo necessário para a área, deixando a dimensão humanística de lado diante das pressões por mudanças no currículo.

Posto isto, Cysne (1993) pontua que os cursos da Biblioteca Nacional (RJ) e Biblioteca Municipal (São Paulo) concediam bolsas de estudos entre 1915 e 1962, contribuindo para o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira durante esse período. Nessa primeira fase, a influência dessas instituições contribuiu para o surgimento de novas Escolas de Biblioteconomia, com seus primeiros cursos, presentes nas instituições descrita no quadro abaixo.

Quadro 1 – Cursos criados entre 1915-1959

Ano	Instituição
1942	Universidade Federal da Bahia (Nascimento; Ferreira; Martins, 2017).
1944	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Fonseca, 1979).
1947	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fonseca, 1979).
1948	Departamento de Documentação do Recife (Nascimento; Ferreira; Martins, 2017).
1950	Biblioteca da Faculdade de Direito, atual Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Nascimento; Ferreira; Martins, 2017).
1950	Instituto Nacional do Livro, em Minas Gerais (Nascimento; Martins, 2017).
1952	Universidade Federal do Paraná (Fonseca, 1979; Nascimento; Martins, 2017).
1955	Biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, em Manaus (Duarte, 2009; Nascimento; Martins, 2017).
1957	Faculdade Santa Úrsula, Rio de Janeiro (Fonseca, 1979).
1959	Escola de Documentação de São Carlos, em São Paulo (Fonseca, 1979; Nascimento; Martins, 2017; Santos, 2021).

Fonte: elaboração própria (2026).

Durante esse período, sob forte influência das Escolas de Biblioteconomia norte-americanas e europeias, diversos cursos foram criados, conforme mostra o Quadro 1. Alguns foram incorporados a universidades, como no caso do curso criado na Faculdade de Direito, que hoje funciona na UFPE (Nascimento; Ferreira; Martins, 2017). Outros passaram por processos distintos, curso criado pela Biblioteca do INPA foi extinto, enquanto o curso da antiga Escola de Documentação de São Carlos foi incorporado pela Universidade Federal de São Carlos, por exemplo (Duarte, 2009; Fonseca, 1979; Nascimento; Ferreira; Martins, 2017; Nascimento; Martins, 2017; Santos, 2021).

Quanto ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná, este foi descontinuado no início dos anos 2000 e substituído pelo curso de Gestão da Informação (Gomes, 2026), demonstrando que a área está em constante transformação.

Em continuidade, Almeida (2012) pontua que após discussões na área durante as décadas que se seguiram à criação do primeiro currículo de Biblioteconomia, um novo foi aprovado em 1982, passando a organizar as disciplinas em três grupos: fundamentação geral, instrumentais e formação profissional, dando dois anos para que as Escolas se adaptassem ao novo currículo. Assim, o curso passou a ter uma duração mínima de quatro anos, e a classe profissional e docente que fosse mantida a disciplina “Documentação”, passando a ter um foco maior na dimensão técnica, pois as disciplinas culturais, segundo a classe na época, eram abordadas de forma superficial (Almeida, 2012).

Ademais, Souza (2015) ressalta que embora o primeiro currículo mínimo tenha sido criado anteriormente ao período da ditadura civil-militar, em 1962, e o país estivesse em um momento de suposta liberdade, a sociedade vivia sob um cenário de tensão, marcado por possíveis ameaças ou represálias, no qual determinadas ações poderiam resultar em perseguições. Assim, dois anos depois do estabelecimento do currículo mínimo, em 1964, ocorreu o golpe civil-militar, que instaurou o regime ditatorial que durou até 1985 (Souza, 2015).

Em concordância com esse contexto, Souza (1993) afirma que, após a aprovação do novo currículo mínimo, em 1982, não houve reflexão acerca do cenário brasileiro pelas Escolas de Biblioteconomia, especialmente em razão da adoção de modelos internacionais que não tinham relação com o contexto do Brasil. Ele destaca que, nessa época, marcada pelo contexto da ditadura, existia um clima de silenciamento, obediência e afastamento que afetava a classe e a

sociedade, contribuindo para um distanciamento de uma perspectiva autônoma e reflexiva (Souza, 1993).

Segundo Souza (2015), devido ao cenário político da época, muitos professores adotaram uma postura que buscava evitar conflitos, uma obediência silenciosa o que, para ele, pode ter contribuído para o desenvolvimento de uma formação socialmente mais conservadora, afetando, assim, os currículos e seu cunho humanístico.

Entretanto, Almeida e Baptista (2013) afirmam que, nas discussões sobre a construção dos currículos mínimos, em ambas as ocasiões, havia docentes que defendiam a dimensão técnica e outros que defendiam a humanística, porém, possivelmente devido ao contexto destacado por Souza (1993; 2015), a formação pautada na dimensão técnica pode ter prevalecido, embora a dimensão humanística estivesse presente em certa medida.

Destarte, Cysne (1993) discute que, embora a dimensão técnica tenha sido mais ressaltada ao longo da construção do ensino da Biblioteconomia, tal perspectiva começa a mudar a partir do surgimento das bibliotecas públicas, que apresentavam forte dimensão social e educativa, surgindo especialmente para possibilitar acesso à educação e à cidadania.

Tanto Santos, Nunes, Araújo e Silva (2020) quanto Tanus (2016) ressaltam a dimensão social presente no século XIX, corroborando Cysne (1993), ao destacar o surgimento das bibliotecas públicas com função social destinada a atender às classes mais baixas, no contexto da Europa e dos Estados Unidos. Mas, Tanus e Silva (2019) argumentam que, possivelmente, no Brasil, a dimensão social tenha perdido espaço para a técnica a partir do desenvolvimento da Biblioteconomia, em razão do contexto da ditadura militar, conforme destacado ao longo do texto.

Entretanto, destaca-se a Biblioteconomia Social apontada por Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016), que passou a ganhar força na área informacional, influenciando os cursos de Biblioteconomia, demandando a inclusão de discussões sobre populações marginalizadas. Outra questão é a criação do O Grupo de Trabalho de Bibliotecas pela Diversidade e Enfoque de Gênero, da Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), que tem um olhar sob a perspectiva de gênero e sexualidade no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação; o Encontro Nacional de Bibliotecárias/os Negra/os e Antirracistas (ENBNA), evento que tem se consolidado na área com foco nas questões étnico-raciais; Além de obras que dialogam com uma perspectiva crítica e social dentro da área, como

as publicações do Selo Nyota, que tem buscado pautar discussões com uma dimensão sócio-política e; por fim, obras como: "Diversidade em foco: A transformação social por meio das bibliotecas" (Bari, 2025), publicada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, em 2025; e o livro "Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação" (Romeiro; Wellington; Almeida, 2019), publicado pelo Selo Nyota, em 2019.

Esses exemplos mostram que as transformações e discussões com o olhar social tem sido incorporado na Biblioteconomia, embora sejam iniciativas mais recentes, de 2000 em diante, são iniciativas e ações que estão ancoradas numa perspectiva social, crítica e política que tem sido fortalecido ao longo dos últimos anos.

Por fim, a partir dos anos 2000, ocorreu a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso de Biblioteconomia, em 2001, estabelecendo a organização dos conteúdos curriculares e contemplando aspectos importantes como: estágios, avaliação institucional, estrutura do curso, atividades complementares etc. (Almeida; Baptista, 2013).

Diante do exposto, desde o surgimento do primeiro curso de Biblioteconomia, a formação e a organização curricular vêm sendo alvo de discussões e debates, fortemente marcada por tensionamentos e conflitos, desde profissionais e docentes. Levando em consideração o contexto histórico-sociopolítico de cada período, compreende-se que tais questões contribuíram para o aperfeiçoamento e ampliação do ensino de Biblioteconomia no país.

3 PESSOAS LGBTQIAPN+ NO CENÁRIO BRASILEIRO

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Trans (travestis, mulheres trans, homens trans, pessoas transmasculinas), pessoas Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, pessoas Não-binárias e o símbolo "+", que indica outras possibilidades, é identificada pela sigla de LGBTQIAPN+, é um grupo social historicamente marginalizado, que sofre com preconceitos e discriminações na sociedade em razão de sua orientação sexual, identidade de gênero e da não conformidade com os padrões socialmente estabelecidos.[2]

[2] Neste trabalho, utilizamos "população" em vez de "comunidade" para nos referirmos ao grupo social LGBTQIAPN+, em consonância com a terminologia empregada em documentos oficiais do Estado brasileiro, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Ademais, compreendemos a população LGBTQIAPN+ como um grupo social amplo e heterogêneo, constituído por diferentes grupos e identidades, sem pressupor a homogeneidade de suas experiências.

A materialização dessas formas de discriminação manifesta-se na LGBTIfobia, que, segundo Reis e Cazal (2018), pode ser compreendida como ódio, raiva, repulsa, aversão a pessoas LGBTQIAPN+, resultando em violências simbólicas, psicológicas e físicas. Nesse sentido, Oliveira, Mott e Cerqueira (2026) revelam que, no contexto brasileiro, ocorreram, em 2025, cerca de 237 mortes de pessoas LGBTQIAPN+, colocando o Brasil entre os países com maior número de mortes dessa população.

Esse cenário é fruto de décadas de perseguição, violências e estigmatização, conforme Silva (2018) destaca que, em 1930, em São Paulo, homens gays eram internados de forma voluntária ou compulsória, para serem tratados da homossexualidade, no Sanatório Pinel de Pirituba. Esses homens eram submetidos a eletrochoques e outras medidas de "tratamentos" que visavam curá-los, pois na época a sociedade os enxergava como doentes que precisavam ser corrigidos e curados para voltarem a conviver com as pessoas (Silva, 2018).

Silva (2020) realizou uma pesquisa com homens que se auto intitulam "ex-gays", especialmente por vivenciarem um contexto religioso, vinculados à religião evangélica, na qual pessoas LGBTQIAPN+ são vistas como pecadoras que terão o "castigo divino" e serão levadas ao inferno no pós-vida. Nesse sentido, Silva (2020) argumenta que esses homens sofrem preconceito mesmo ao buscarem se enquadrar nas expectativas da religião que seguem, são deslegitimados, julgados e alvos de desconfiança, o que gera angústias e sofrimentos decorrentes da pressão para corresponder às normas sociais.

Entretanto, tal discurso é fruto do colonialismo europeu, quando a religião católica foi imposta no território brasileiro aos povos indígenas. Mott e Ferreira (2013) destacam que, em 1612, com a chegada dos franceses ao território que atualmente corresponde a São Luís, no Maranhão, desembarcaram cerca de 500 pessoas, acompanhadas por quatro missionários da Ordem dos Capuchinhos, com objetivo de colonizar a região.

Nesse contexto, os autores apontam o caso de Tibira, nome atribuído ao indígena pertencente ao povo Tupinambá, considerado o primeiro caso documentado de perseguição à homossexualidade no Brasil. Tibira foi morto em "praça pública", por meio de um disparo de canhão, no Forte de São Luís, em razão de sua orientação sexual e comportamento fora dos padrões impostos pela moral europeia da época (Mott; Ferreira, 2013).

Essas formas de violências e repressão atravessaram diferentes períodos históricos, como aponta Alexandre (2023) ao abordar a ditadura civil-militar brasileira, pessoas

LGBTQIAPN+, especialmente pessoas trans e travestis, eram submetidas a prisões arbitrárias, espancamentos, humilhações e outras formas de violência pública, mesmo sem terem cometido crimes.

Tal situação também estava relacionada ao uso da Lei de Contravenções Penais, nela era incluída a "vadiagem", que queria dizer que uma pessoa não tinha emprego formal, portanto, estava "vadiando" pelas ruas. Como consequência, muitas trans eram expulsas de suas casas por serem trans, o que dificultava o acesso à educação e ao emprego formal, recorrendo, a prostituição para sobreviverem. Dessa maneira, a polícia se aproveitava de sua vulnerabilidade para persegui-las, agredi-las e desumaniza-las por meio de operações voltadas à chamada "higienização social" (Alexandre, 2023).

Green (2020) destaca que no período da ditadura civil-militar, a repressão intensificada após o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) também dificultou a organização de movimentos sociais, marcada pela censura, tortura e pelo silenciamento. Em São Paulo, diversas operações policiais eram realizadas para perseguir pessoas desse grupo social, sob a gestão do delegado José Wilson Richetti, entre as quais se destacam as operações "Tarântula" e "Sapatão", exemplos da violência institucionalizada pelo Estado (Green, 2020; Quinalha, 2021).

Ademais, Cazeiro (2020) argumenta que, com o surgimento da epidemia da AIDS, causada pelo vírus HIV, instaurou-se um cenário de pânico em relação às pessoas LGBTQIAPN+, intensificado pela mídia sensacionalista e por setores religiosos, que associavam a doença ao "câncer gay" e ao "castigo de Deus". Diante desse cenário, as Operações mencionadas acima eram "normalizadas" pela sociedade que, em grande medida, criminalizava, patologizava, corpos LGBTQIAPN+, fazendo com que tais violências e perseguições fossem aceitas por grande parte das pessoas.

As pessoas LGBTQIAPN+ foram historicamente submetidas a perseguições, violências, perseguições, assassinatos, patologização, criminalização e demonização, sustentadas por discursos médicos, jurídicos, religiosos, jornalísticos. Tais discursos ainda reverberam no século XXI, impactando o acesso a direitos, cidadania, o que evidencia a necessidade de seu enfrentamento em prol da justiça social, inclusão, igualdade e equidade.

Ademais, na Biblioteconomia e Ciência da Informação há discussões sobre a população LGBTQIAPN+ na área, como por exemplo Silva e Sales (2025) discutem questões sobre a necessidade de trabalhar com ações e estratégias informativas e educacionais no contexto das

bibliotecas escolares sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Nessa perspectiva, Martins e Silva (2022) apontam para a importância de a Biblioteconomia aderir aos debates de diversidade de gênero e sexualidade em seus currículos, destacando lacunas na esfera formativa da área. Estes são alguns exemplos de como a temática tem sido trabalhada, há outras autorias que debatem outras perspectivas e temas, enriquecendo o campo a partir das discussões LGBTQIAPN+.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva e documental, de abordagem qualitativa, a partir de análise de cinco Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil, das seguintes instituições públicas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Londrina (UEL). Critério de escolha: cursos ofertados por instituições públicas e na modalidade presencial. Foram realizadas buscas nos sites das respectivas instituições, encontrados e selecionados os cinco PPCs. Realizou-se a leitura exploratória dos documentos, com foco nos objetivos dos cursos, princípios norteadores, disciplinas, ementas e referências bibliográficas quando disponíveis. Posteriormente, foi efetuada busca textual por palavras-chave relacionadas à temática LGBTQIAPN+, tais como LGBT, gênero, sexualidade, diversidade e direitos humanos. A partir dos resultados obtidos, procedeu-se à análise dos conteúdos identificados, considerando menções explícitas ou implícitas à temática, sua inserção em disciplinas, ementas e demais elementos curriculares.

A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são definidas por Flick (2009) como estratégias metodológicas voltadas à coleta e análise de informações existentes, embora apresentem focos distintos. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza materiais publicados, como artigos, teses e dissertações, a pesquisa documental recorre a documentos institucionais, legais e outros registros relacionados ao objeto investigado (Flick, 2009). A utilização de ambas é importante para o desenvolvimento de uma pesquisa, de modo que os dados coletados possam ser utilizados para embasar determinada teoria a partir de um contexto sobre o tema.

Quanto à abordagem qualitativa, Goldenberg (2013) argumenta que essa perspectiva busca compreender determinado tema a partir da análise das fontes bibliográficas e documentais. Ademais, Minayo (2015) ressalta que por meio dessa abordagem é possível

compreender determinados valores, significados, sentidos, intenções, etc., em determinados contextos, em especial ao se utilizar de questões sociais que carregam todos esses fatores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro PPC analisado foi o da UEL, localizado em Londrina, no Estado do Paraná, com o curso de Biblioteconomia tendo sido criado em 1972, reformulado e aprovado em 2022, a partir da Resolução CEPE/CA n. 047/2022, implantado a partir do ano seguinte, 2023. Já na apresentação é apontado que: "Para tanto, cabe mencionar que aspectos relativos à educação ambiental, **direitos humanos**, LIBRAS, relações étnico-raciais em uma perspectiva de inclusão, foram devidamente inseridos." (Universidade Estadual de Londrina, 2022, p. 3, grifo nosso).

Entretanto, ao realizar busca no documento por palavras-chave: LGBT, sexualidade, gênero (encontrado gênero textual) e diversidade (encontrado "diversidades" sobre prática profissional), não foi encontrado nada que seja específico sobre a população LGBTQIAPN+, nem nos nomes das disciplinas ou nas ementas. Subentende-se que tal temática pode estar inserida na disciplina "2CIN185 Ética Profissional", onde consta na ementa "direitos humanos".

O segundo PPC analisado foi o da UDESC, localizado em Florianópolis, do Estado de Santa Catarina, com o curso tendo sido autorizado em 1973 e iniciado em 1974, este com a última reformulação ocorrida em 2017, o curso de Biblioteconomia tem habilitação em gestão da informação, nesse sentido, como objetivo geral do curso é descrito da seguinte maneira: "Formar bibliotecários habilitados em gestão da informação com competências éticopolíticas, técnicas, tecnológicas e científicas para **desempenhar seu papel social** e atuar de forma crítica e comprometida com o caráter **humanístico** da profissão" (Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017, p. 11, grifo nosso).

Realizada a análise no documento, foi encontrado a disciplina "Práticas Éticas em Biblioteconomia", onde na ementa consta a temática "direitos humanos"; outra disciplina encontrada foi a "Antropologia Cultural", possivelmente a única que tem descrito de forma mais direta, onde consta na ementa "Marcadores sociais das diferenças: raça, etnia, gênero e classe social" (Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017, p. 38), o mais próximo da temática LGBTQIAPN+, entretanto, ressalta-se que tal disciplina não é necessariamente específica da Biblioteconomia, assim como a disciplina "Sociologia Geral", que na bibliografia constam duas referências que tratam da temática de gênero. Nesse sentido, diferente do PPC da UEL, neste da UDESC foi possível analisar as referências bibliográficas.

Em continuidade, o próximo PPC analisado foi da UFSC, também de Florianópolis, com alterações aprovadas em 2015, com o curso tendo sido criado em 1973, no objetivo do curso é pontuado que uma das intenções é formar pessoas bibliotecárias conscientes de seu papel científico e social (Universidade Federal de Santa Catarina, 2015). Nos princípios norteadores do curso é pontuado que o currículo está aberto a incorporar outros tópicos especiais de estudos, destacando os seguintes temas a serem trabalhados: questões étnico-raciais, educação ambiental, povos indígenas e acessibilidade, sem qualquer menção aos grupos referentes ao gênero e sexualidade. Buscando pelas palavras-chave: LGBT, sexualidade, direitos humanos e gênero (recuperando sobre gênero textual), não houve resultados sobre a temática LGBTQIAPN+ no PPC da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina, 2015), mesmo após análise das ementas.

Assim, seguindo com a análise no PPC da UFRGS, localizada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, com o curso tendo sido criado em 1947, reconhecido em 1950 pela Lei Federal n. 1254, de 1950, com objetivo do curso sendo: “Formar profissionais de nível superior, críticos, com competência para interagir em um mercado interdisciplinar e atuar em demandas de disponibilização da informação ” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012, p. 20), mesmo nos princípios norteadores do curso não há menção a uma dimensão social, mas é mencionado a “interdisciplinaridade” e “promoção de atitudes éticas”, que se aproxima do lado social. Por conseguinte, a ementa e bibliografia das disciplinas não constam no documento, de modo que a análise se baseou nos nomes das disciplinas, inferindo-se que em “BIB03094 – Leitura, Biblioteconomia e Inclusão Social; BIB03340 – Estudo de Comunidades, Públicos e Usuários; BIB03343 – Filosofia e Ética da Informação”, que são disciplinas obrigatórias, possam ter conteúdos que abarquem os direitos humanos ou mesmo a população LGBTQIAPN+; assim como as eletivas “BIB03083 – Conhecimento e Sociedade; BIB03234 – Cultura, Cidadania e Ambiente; BIB03082 – Informação e Cidadania” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012).

Por último, foi realizada análise do PPC do Curso de Biblioteconomia da FURG, fundado em 1974, na cidade de Rio Grande, em seu objetivo geral, destaca-se a visão crítica da sociedade e gestão da informação nos aspectos culturais, científicos e técnicos, além do compromisso ético (Universidade Federal do Rio Grande, 2024). Assim, ao realizar análise do PPC, essa foi a única instituição que apresentou uma disciplina específica, embora optativa, chamada “Gêneros

e sexualidades nos espaços educativos", sendo pontuado que o curso visa o compromisso social em consonância com políticas e diretrizes sobre "educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, educação para **diversidade de gênero e sexualidades**, educação indígena e quilombola, educação do campo e inclusão de pessoas com deficiência" (Universidade Federal do Rio Grande, 2024, p. 29, grifo nosso).

Diante dos PPCs analisados, observa-se que a FURG se destaca por incorporar, de forma explícita, as discussões sobre gênero e sexualidade em sua proposta formativa. Mesmo a disciplina identificada sendo optativa, sua oferta representa uma iniciativa relevante de inserção da temática no processo de formação em Biblioteconomia, evidenciando maior proximidade entre o compromisso social previsto no objetivo do curso e a abordagem de questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidades no âmbito curricular.

Os achados apresentados sinalizam a necessidade de ampliar e aprofundar a análise sobre a presença da temática LGBTQIAPN+ na formação em Biblioteconomia, considerando que o recorte deste trabalho pautou-se na região sul do país. Embora permitam identificar algumas iniciativas e lacunas nos PPCs analisados, os resultados não esgotam a discussão, indicando a importância de investigações posteriores que possibilitem uma compreensão mais abrangente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteconomia brasileira nasce com forte influência europeia e norte-americana, contribuindo para a formação de um ensino pautado nas escolas dessas regiões, nem sempre conectado com a realidade do país local. As tensões e discussões em torno da definição de um currículo mínimo contribuíram para a formação de uma dimensão técnica mais forte, embora no século XXI as discussões sociais estejam cada vez mais latentes e demandando transformações na sociedade e, consequentemente, na área da Biblioteconomia, especialmente em seus currículos.

A partir das análises realizadas nos PPCs dos cursos de Biblioteconomia das instituições públicas selecionadas da Região Sul do Brasil, percebe-se que a temática LGBTQIAPN+ ainda está distante da realidade dos currículos. Com a temática "direitos humanos", subentende-se que a população LGBTQIAPN+ pode ser trabalhada na disciplina, mas sem qualquer indício dessa abordagem. Destaca-se a FURG como a única instituição a trazer uma disciplina específica sobre o tema, "Gêneros e sexualidades nos espaços educativos", embora optativa, é possível notar

que há uma preocupação em inserir o tema no currículo, mesmo que não esteja presente enquanto disciplina obrigatória.

Assim, possivelmente, esse resultado, talvez, seja reflexo de um ensino de Biblioteconomia, historicamente marcado por tensões entre a dimensão técnica e a social, no qual influenciado por contextos sociopolíticos da época, como o caso da ditadura civil-militar, pode ter impactado diretamente na constituição de um currículo pensado em aspectos críticos da sociedade. Compreender que a construção do ensino de Biblioteconomia é marcada por questões políticas, sociais, ideológicas e históricas contribui para a reflexão dos currículos na atualidade. Por fim, ressalta-se que este trabalho é um desmembramento de uma tese em andamento, da qual novos resultados serão levantados e discutidos com maior profundidade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Bruno do Prado. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, invisibilidades e as sexualidades consideradas dissidentes. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 13, n. 25, p. 54-74, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/19413. Acesso em: 20 jan. 2026.

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2374. Acesso em: 22 maio 2026.

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 1-12. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1508. Acesso em: 20 abr. 2025.

BARI, Valéria Aparecida *et al*. (org.). **Diversidade em foco**: a transformação social por meio das bibliotecas. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2025. 283 p. Disponível em: https://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1457. Acesso em: 3 set. 2026.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: fonseThesaurus, 2000. 287 p.

CAZEIRO, Felipe. **Por um manifesto pela vida**: histórias posit(hiv)as de gays, mulheres trans e travestis. Curitiba: Appris, 2020. 213 p.

CYSNE, Fátima Portela. **Biblioteconomia**: dimensão social e educativa. Fortaleza: Edições UFC, 1993. 145 p.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Mídia Ponto Com, 2009. 296 p.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 405 p.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: INL, 1979. 112 p.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. 107 p.

GOMES, Gustavo. Conversas avançam para volta do curso de Biblioteconomia na UFPR. **Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR**, Curitiba, 11 mar. 2026. Disponível em: https://sociaisaplicadas.ufpr.br/blog/conversas-avancam-para-volta-do-curso-de-biblioteconomia-na-ufpr/. Acesso em: 8 jun. 2026.

GREEN, James N. Homossexualidades e a Comissão Nacional da Verdade: um testemunho sobre a militância LGBTQ+ e as esquerdas brasileiras. *In*: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 222-235.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: orientação sexual autoidentificada da população adulta. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 24 p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv101934.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 707-723, 2016. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211. Acesso em: 2 set. 2026.

MARTINS, Carlos Wellington Soares; SILVA, Melissa Maria da. "Queerizando" o ensino: estranhamentos entre as minorias sexuais e de gênero, a perspectiva queer e o processo formativo em Biblioteconomia no Brasil. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 27, n. 2, p. 143-174, jul./dez. 2022. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/3117/2167. Acesso em: 5 jun. 2026.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, maio/out. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181. Acesso em: 20 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 108 p.

MOTT, Luiz; FERREIRA, Airton. **São Tibira do Maranhão**: 1613-2013: índio gay mártir. São Luís: Grupo Gay da Bahia; Grupo Gayvota; Editora GGB, 2013. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/11541/12133/Sao-Tibira-do-Maranhao.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

NASCIMENTO, Maria Vanessa; FERREIRA, Aline Rodrigues; MARTINS, Gracy Kelli. A biblioteconomia no nordeste brasileiro: expansão e consolidação no ensino de graduação e pós-graduação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 3, n. esp., p. 5-17, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/40529. Acesso em: 4 jun. 2026.

NASCIMENTO, Maria Vanessa; MARTINS, Gracy Kelli. As trajetórias das escolas de biblioteconomia no Brasil. **REBECIN**: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, São Paulo, v. 4, n. esp., p. 37-54, 2017. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/90. Acesso em: 4 jun. 2026.

OLIVEIRA, Domingos; MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Observatório 2025**: mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2026. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2026/01/RELEASE-Mortes-Violentas-de-LGBT%5EM%5EJ-2025-GGB.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 416 p.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual – IBDSEX, 2018. 108 p.

ROBREDO, Jaime. **Informação e transformação**. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1984. 98 p.

ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington; SANTOS, Bruno Almeida dos (org.). **Do invisível ao visível**: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. 566 p. (Selo Nyota).

SANTOS, Brenda Barbosa dos. **Historiografia da biblioteconomia em São Carlos**: da graduação à pós-graduação em Ciência da Informação. 2021. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://www.dci.ufscar.br/arquivos/noticias/tcc_brendasantos_historiografiabcisaocarlos.pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.

SANTOS, Edilene Toscano Galdino dos *et al*. A interdisciplinaridade entre história da ciência, biblioteconomia e ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 161-171, 2020. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/253654/225952. Acesso em: 20 maio 2026.

SILVA, André Luiz Avelino da; SALES, Rodrigo de. Estratégias formativas e informacionais direcionadas à população LGBTQIAPN+ em bibliotecas escolares. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 23, n. 1, p. 1-15, 2025. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdbci/a/WNg97qHyR6hLdzTZ4nZpTdM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, Odacyr Roberth Moura da. **"Eu prefiro ter um filho morto"**: histórias de homens que alegaram ter abandonado a homossexualidade. Curitiba: Appris, 2020. 147 p.

SILVA, Redson dos Santos. **Corpos homossexuais e experiências normatizadoras**. Curitiba: Appris, 2018. 188 p.

SOUZA, Francisco das Chagas de. 50 anos de evolução do ensino de biblioteconomia no Brasil [1965-2015]. *In*: BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Bibliotecário**: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil, 1965-2015. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. p. 172-191.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. 104 p.

TANUS, Gabrielle Francinne. A constituição da biblioteconomia científica: um olhar histórico. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 14, n. 2, p. 217-231, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643878. Acesso em: 20 maio 2026.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SILVA, Daniela Cândido da. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 3, p. 1-28, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/18371. Acesso em: 25 maio 2026.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação. **Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia**: habilitação em Gestão da Informação. Florianópolis: UDESC, 2017. Aprovado pela Resolução n. 62/2018 – CONSEPE. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/139/PPC_Biblio___2018___Res_62_2018_15695156827205_139.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselho de Administração. **Resolução CEPE/CA nº 47/2022, de 15 de junho de 2022**. Reformula o Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia, a ser implantado a partir do ano letivo de 2023. Londrina: UEL, 2022. Disponível em: https://sites.uel.br/prograd/wp-content/uploads/documentos/resolucoes/2022/resolucao_47_22.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2015. 92 f.

Disponível em: https://biblioteconomia.paginas.ufsc.br/files/2014/10/BBD_PPC_2016.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Curso de Biblioteconomia. **Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia**. Rio Grande: FURG, 2024. Disponível em: https://biblioteconomia.furg.br/images/2025/PPC_Biblio_revisao_2024.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciências da Informação. **Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fabico/wp-content/uploads/2023/05/Projeto-Pedagogico-do-curso-de-Biblioteconomia.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; SANTOS, Raimunda Fernanda. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do(a) bibliotecário(a). **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 210-217, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/10278. Acesso em: 5 jun. 2026.